



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181141 - MS (2021/0217546-5)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DE DOURADOS - SJ/MS
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE NOVA ANDRADINA - MS
INTERES. : ADELINA LUIZ DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : MANOEL PEREIRA DE ALMEIDA - MS018728
LUANA APARECIDA DE SOUZA PEREIRA - MS025038
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência entre o JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DE DOURADOS - SJ/MS, suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE NOVA ANDRADINA (MS), suscitado.

O objeto deste conflito é o processamento e julgamento de pedido de produção antecipada de provas com pedido liminar interposto contra a Caixa Econômica Federal.

O juízo suscitante assim se manifestou:

Nos termos do CPC, 381, § 4º, é da Justiça Estadual a competência para o julgamento do pedido de antecipação de prova em face da União, entidades autárquicas e empresas públicas federais, caso a localidade não seja sede da Vara Federal.

Portanto, há previsão expressa da competência da Justiça Estadual para apreciar as demandas propostas em desfavor de empresa pública federal quando, no local, não houver vara federal.

Considerando que não há vara federal em Nova Andradina, a competência para apreciar o presente pedido de antecipação de provas em face da Caixa Econômica Federal é da Justiça Estadual. Precedentes: STJ - CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.041 - SP (2019/0317865-1).

Com isso, suscita-se CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA, perante o Colendo Superior Tribunal de Justiça, entre este Juízo Federal da 1ª Vara de Dourados/MS e o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Nova Andradina (CF, 105, I, “d”).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O presente conflito negativo de competência envolve, de um lado, o Juízo federal, competente originariamente para conhecer e julgar ação em que conste como parte a União, entidade autárquica ou empresa pública federal, e, de outro, o Juízo estadual, investido, por delegação, de jurisdição federal, a ser dirimido pelo respectivo Tribunal Regional Federal, nos termos da Súmula 3 do STJ, *in verbis*:

Compete ao Tribunal Regional Federal dirimir conflito de competência verificado, na respectiva região, entre juiz federal e juiz estadual investido de jurisdição federal.

Assim, o presente incidente não comporta conhecimento por parte do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, não conheço do presente conflito de competência.

Determino, com urgência, o envio dos autos ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em razão da liminar pendente de apreciação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente